

O pacote é impopular. Sarney: e daí?

A impopularidade do presidente é tanta que um de seus auxiliares disse que ele não está preocupado com a repercussão das "medidas amargas" que irá adotar.

Depois da Semana Santa, o presidente José Sarney começa a governar. Ou seja, inicia a execução do plano de ação de seu governo, adotando duras medidas de redução do déficit público, com o corte de despesas e a geração de receita adicional, informou ontem um qualificado auxiliar do presidente. A questão principal é justamente o que se fará com as despesas do funcionalismo, que não param de crescer. Há duas hipóteses: demissão dos servidores regidos pela CLT, medida mais fácil de ser adotada porque os chamados estatutários têm estabilidade, ou fim dos aumentos salariais mensais pela URP.

Para o auxiliar de Sarney, o presidente não está preocupado com as repercussões. O prestígio popular de Sarney anda tão baixo, acrescentou, que não fará diferença se ele agora adotar "medidas amargas" (como as que atingirão o funcionalismo), cujos resultados positivos serão percebidos apenas dentro de um ano e meio.

Mas há outras medidas em estudo: privatização de estatais, corte de despesas gerais e redução de incentivos e subsídios, modificações na política monetária e a ampliação da carga tributária incidente sobre as operações no mercado financeiro de curto prazo. Com isso, espera-se reduzir substancialmente o déficit público deste ano.

O Palácio do Planalto já tem em mãos a lista de estatais a serem privatizadas. Segundo o auxiliar de Sarney, nove dessas empresas já estão com suas situações totalmente examinadas, aguardando apenas a decisão política da privatização. Ele não quis fornecer a lista dessas empresas, mas deixou escapar o nome de duas: a Ecex e a Companhia de Melhoramentos de Blumenau. O informante disse ainda que outras 36 empresas tiveram seus projetos de privatização implantados, mas sete estão em desenvolvimento e nove ainda serão iniciados.

Curto prazo

Uma qualificada fonte da área econômica disse, no início da noite, que os técnicos responsáveis pela montagem das medidas de ajuste estudam a possibilidade de ampliar o gravame sobre as operações de curto prazo no mercado financeiro, tal como fora proposto pelo ex-ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Uma das propostas de Bresser, descartada por pressão do Banco Central, instituía uma alíquota de 3% de Imposto de Renda na fonte incidente sobre as operações no mercado aberto. O Banco Central argumentou que tal gravame provocaria um crescimento da dívida interna que anularia os ganhos de receita e o então ministro da Fazenda esqueceu o assunto, que agora é retomado por seu sucessor.

A busca de maiores ganhos de receita pela via fiscal encontra limitações na impossibilidade do governo criar novos tributos, o que somente é permitido se sua vigência ocorrer no exercício financeiro seguinte. A receita adicional desejada agora, portanto, terá de se contentar com os reajustes de alíquotas do Imposto de Renda, e a área onde há alguma espaço é justamente o mercado financeiro.

Mas para evitar que o País caminhe para a hiperinflação, o governo terá que adotar modificações também na política monetária, afirmou o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Juarez Soares. Segundo ele, caso ocorra um aquecimento da demanda, a curto prazo, poderão circular no mercado (em dinheiro) US\$ 70 bilhões (mais de Cr\$ 7 trilhões), atualmente depositados no Banco Central sob a forma de poupança, depósitos de exportação e overnight. O diretor da Dívida Pública informou que as mudanças na política monetária deverão sair em conjunto com as mudanças na política econômica e advertiu que o Banco Central não possui, a curto prazo, instrumentos para enxugar essa liquidez.

Monetização

O risco de uma monetização foi o tema principal da reunião de diretoria realizada ontem pelo Banco Central. Juarez Soares descartou qualquer possibilidade de um novo choque econômico, afirmando: "Não vejo a menor condição de choque, pois não funciona. E, além disso, será que não iríamos cometer os mesmos erros do passado? No entanto, não deixou de lado a possibilidade de um choque fiscal, "via corte de despesas". Para ele, é essencial que as modificações nas duas políticas saiam em conjunto: "Sem diminuir a necessidade de colocação de títulos no mercado, a política monetária não funciona, já que existe a necessidade de se financiar o déficit público".

Na reunião do Banco Central, houve consenso de que neste momento as medidas mais viáveis para se controlar o excesso de liquidez teriam que passar necessariamente pela colocação de títulos de prazo mais longo e pela melhoria da taxa de desconto (que o BC cobra das instituições que vão sacar os depósitos), a fim de estimular o saque das reservas, quando necessário. Juarez Soares advertiu que as mudanças na política monetária terão que ser "muito bem avaliadas e operacionalizadas, caso contrário, já faríamos isso na semana que vem".

Gastos com pessoal

Há uma convicção no governo: é necessário conter urgentemente o crescimento dos gastos com pessoal, o que pode ser feito através de demissões ou de uma alteração na política salarial em vigor para o funcionalismo público, que vem recebendo aumentos mensais pela URP (Unidade de Referência de Preços). O atual nível de recursos disponíveis do governo não suporta o peso desses aumentos mensais. Esta, segundo se afirma no Palácio do Planalto, é uma constatação prática. E é com base nela que o governo terá de agir rapidamente.

A fórmula encontrada por alguns Estados para resolver o problema do controle dos gastos com pessoal, vinculando o crescimento dos salários do setor público ao aumento da receita tributária a cada trimestre, é descartada pelo governo federal. Segundo se diz no Palácio do Planalto, o governo não pode estabelecer uma relação direta entre aumento de receitas e aumento de salários do setor público, por se tratar de coisas diferentes. O aumento da arrecadação federal, quando ocorre, deve reverter em benefício da população, na forma de mais serviços, e não apenas dos 570 mil funcionários da administração direta e autarquias.

José Sarney